

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JBCLASS. : 1011DATA : 24 01 90PG. : 10

DPF apura quem alicia os garimpeiros e lucra com o ouro de Roraima

BRASÍLIA — A preocupação maior da Polícia Federal após retirar os garimpeiros das áreas dos índios ianomâmis, em Roraima, é descobrir quem são os responsáveis pelo aliciamento de milhares de garimpeiros que foram levados para dentro das reservas indígenas em busca do lucro fácil do ouro. Segundo informou ontem o diretor-geral do órgão, delegado Romeu Tuma, muitos garimpeiros retirados das reservas chegaram a confessar que foram conduzidos por pessoas interessadas em lucrar com o seu trabalho nos garimpos.

"Estas pessoas ou grupos usavam os garimpeiros mais desavisados até como mão-de-obra escrava", informou Romeu Tuma, que prometeu fazer uma ampla investigação para processar todos os aliciadores. Segundo o diretor da Polícia Federal, os resultados das investigações farão parte de um relatório que ele pretende apresentar o mais rápido possível ao Ministério da Justiça para que sejam tomadas as providências a fim de evitar futuras invasões de garimpeiros em outras áreas indígenas da Amazônia. "Precisamos descobrir quem são estes grupos e quanto lucraram com o aliciamento para que esta prática não continue provocando outros conflitos em terras indígenas", acrescentou Romeu Tuma.

O diretor da Polícia Federal informou que já não existem focos de resistência por parte dos garimpeiros que ainda se encontram nas áreas dos ianomâmis. "Apesar do clima de revolta no início da operação, os garimpeiros não estão mais se opondo a deixar as áreas dos índios", disse Romeu Tuma. Ele informou que a operação de retirada continua evoluindo normalmente apesar do problema que persiste em Roraima de falta de aeronaves capazes de atender a demanda traçada pela Polícia Federal para retirar todos os garimpeiros.

O diretor da Polícia Federal disse que as lideranças dos garimpeiros têm manifestado preocupação de que as antigas áreas de garimpos existentes na área dos ianomâmis venham a ser ocupadas pelas empresas mineradoras, após aprovação do Congresso Nacional e assentimento das lideranças indígenas, conforme estabelece a Constituição. "Eles temem que estas áreas sejam entregues a empresas mineradoras, que podem ganhar a prioridade para explorá-las", explicou o delegado.